

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Diretores e Acionistas da  
Mafe Energia e Participações S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mafe Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mafe Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

#### Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui valores a receber e a pagar com partes relacionadas, registrado no ativo não circulante e passivo não circulante, respectivamente, no montante nominal de R\$ 113.911 mil e R\$ 175.410 mil. Entre essas operações, há contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobra de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados à condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma, ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

#### Ressalva em controladas

As controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A. realizam transações significativas com partes relacionadas. Estas operações têm contratos cujos pagamentos são condicionados a quitação do principal e a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado e os encargos financeiros, o que nos impossibilitou de avaliar, no momento, a sobra de caixa para pagamento da remuneração pactuada, bem como mensurar respectiva incidência dos juros e correções, atrelados à condição suspensiva no contrato, bem como avaliar os possíveis reflexos tributários dessas transações. Dessa forma, ficamos limitados de concluir sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Mafe Energia e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfase em controladas

As controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A. são parte solidária em ação de cobrança judicial movida pela empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme Processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100. Por decisão judicial, foi determinada a penhora de 30% do faturamento líquido das partes solidárias até o limite de R\$ 67.824 mil. Também, por determinação judicial, foi levantado o montante de R\$ 3.623 mil, pela autora em cada Controlada, anteriormente registrado como provisão de perda, considerado incontroverso, mediante levantamento de alvará de valores que já se encontravam bloqueados. O valor remanescente de R\$ 20.301 mil permanece classificado como risco de perda possível em ambas as empresas, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria, contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 12 de agosto de 2025.

# MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	3.278	2.420	3.281	Fornecedores	10	460	392	2.093	2.560
Contas a receber	5	-	-	3.820	4.563	Obrigações trabalhistas		27	26	976	916
Impostos a recuperar		12	9	13	10	Obrigações tributárias		396	374	2.093	1.881
Adiantamentos		1.066	860	2.771	3.582			883	792	5.162	5.357
Despesas antecipadas		394	291	394	291	<b>Não circulante</b>					
		1.475	4.438	9.418	11.727	Obrigações tributárias		129	450	1.841	2.321
<b>Não circulante</b>						Partes relacionadas	7	175.410	146.054	20.845	20.845
Depósitos judiciais	6	1.510	-	64.534	36.148	Contingências	11	-	-	47.244	14.885
Partes relacionadas	7	113.911	86.778	206.790	179.658			175.539	146.504	69.930	38.051
Impostos a recuperar		4	4	480	488	<b>Patrimônio líquido</b>					
Investimentos	8	379.250	364.394	-	-	Capital social	12	1	1	1	1
Imobilizado	9	-	-	117.429	127.386	Reserva de lucros		319.727	308.317	319.727	308.317
		494.675	451.176	389.233	343.680			319.728	308.318	319.728	308.318
<b>Total do ativo</b>						<b>Participação de não controladores</b>					
								-	-	3.831	3.681
								-	-	3.831	3.681
								319.728	308.318	323.559	311.999
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>					
								496.150	455.614	398.651	355.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	13	-	-	95.016	99.888
Custos de operação	14	-	-	(23.457)	(16.732)
Lucro bruto		-	-	71.559	83.156
Despesas e receitas operacionais					
Despesas administrativas	15	(3.462)	(3.305)	(16.667)	(22.326)
Outras despesas líquidas	16	(1)	(2)	(40.347)	(3.469)
Resultado com equivalência		14.856	56.949	-	-
		11.393	53.642	(57.014)	(25.795)
Lucro antes do resultado financeiro líquido		11.393	53.642	14.545	57.361
Resultado financeiro líquido		17	32	45	66
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		11.410	53.674	14.590	57.427
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	(3.030)	(3.178)
		-	-	(3.030)	(3.178)
Lucro líquido do exercício		11.410	53.674	11.560	54.249
Lucro atribuível aos:					
Controladores		11.410	53.674	11.410	53.674
Não controladores		-	-	150	575
Lucro líquido por ação (Em R\$)		11.410	53.674	11.560	54.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	11.410	53.674	11.560	54.249
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>11.410</u>	<u>53.674</u>	<u>11.560</u>	<u>54.249</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas	<u>11.410</u>	<u>53.674</u>	<u>11.560</u>	<u>54.249</u>
	<u>11.410</u>	<u>53.674</u>	<u>11.560</u>	<u>54.249</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 1º de dezembro de 2023	1	254.643	-	254.644	3.106	257.750
Lucro líquido do exercício	-	-	53.674	53.674	575	54.249
Constituição de reserva de lucros	-	53.674	(53.674)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	308.317	-	308.318	3.681	311.999
Lucro líquido do exercício	-	-	11.410	11.410	150	11.560
Constituição de reserva de lucros	-	11.410	(11.410)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	319.727	-	319.728	3.831	323.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	11.410	53.674	11.560	54.249
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação	-	-	10.572	10.548
Custo de alienação do ativo imobilizado	-	-	1	-
Provisões para perdas esperadas	-	-	168	75
Provisões para contingências	-	-	32.359	1.163
Equivalência patrimonial	(14.856)	(56.949)	-	-
	(3.446)	(3.275)	54.660	66.035
Aumento/(diminuição) das contas do ativo e passivo				
Contas a receber	-	-	575	4.172
Impostos a recuperar	(3)	(5)	5	(15)
Adiantamentos	(206)	(286)	811	(471)
Despesas antecipadas	(103)	(25)	(103)	(25)
Depósitos judiciais	(1.510)	-	(28.386)	(25.478)
Fornecedores	68	171	(467)	541
Obrigações trabalhistas	1	(18)	60	(125)
Obrigações tributárias	(299)	(247)	(268)	(3.387)
Caixa líquido das atividades operacionais	(5.498)	(3.685)	26.887	41.247
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	-	-	(616)	(544)
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	-	(616)	(544)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	2.223	6.677	(27.132)	(37.710)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.223	6.677	(27.132)	(37.710)
(Redução)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes	(3.275)	2.992	(861)	2.993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.278	286	3.281	288
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	3.278	2.420	3.281
(Redução)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes	(3.275)	2.992	(861)	2.993

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

Fundada em 2006 no município de São Paulo - SP, a Mafe Energia e Participações S.A., iniciou suas atividades com gestão de participações societárias (holding), participação no capital social de outras Companhias como controladora ou investidora e outros investimentos.

Tem como objeto social as atividades de exploração de concessões de serviços públicos e privados de transmissão relativo à linha de energia elétrica, instalação de PCH (pequenas centrais hidrelétricas), prestação de serviços públicos e privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e ou incorporar outros sistemas de energia e prestar serviços técnicos de sua especialidade.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 12 de agosto de 2025.

### 2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia Mafe Energia e Participações S.A., e suas controladas a seguir relacionadas:

<u>Empresas Consolidadas</u>	<u>Ativo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado 2024</u>	<u>Participação</u>
Curuá Energia S.A.	340.022	299.380	13.702	100%
Buriti Energia S.A.	154.740	83.700	1.303	100%

Essas Companhias foram consideradas como uma extensão das atividades da investidora e estão sendo apresentadas com seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Mafe Energia e Participações S.A.

As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da Companhia controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre a Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado, quando existente;
- Destaque do saldo correspondente à participação de acionistas minoritários no patrimônio líquido consolidado, na demonstração do resultado do exercício consolidado e nas mutações do patrimônio líquido.

As Companhias controladas são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

#### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

#### 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 5: Contas a receber;
- Nota nº 9: Imobilizado;
- Nota nº 11: Contingências.

### 3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 3.2. Ativos financeiros

##### a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R3), para fins de demonstrações contábeis da controladora.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante da demonstração do resultado da controladora.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Reservatórios e barragens: 25 anos;
- Edificações: 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 10 a 33 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Aeronaves: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Equipamentos de segurança: 5 anos;
- Embarcações e flutuantes: 10 anos.

As depreciações são realizadas com base na taxa divulgada pela agência reguladora ANEEL.

### 3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

### 3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

### 3.9. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

### 3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.11. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

## MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	3	-	1.673	-
Aplicações financeiras	-	3.278	747	3.281
	<u>3</u>	<u>3.278</u>	<u>2.420</u>	<u>3.281</u>

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 10% a 99,25% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 5. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.244	1.910
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	2.576	2.653
	<u>3.820</u>	<u>4.563</u>

A Companhia utiliza como critério de mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas, o histórico de títulos vencidos, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos a serem provisionados.

### 6. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos judiciais (a)	1.510	-	64.534	36.148
	<u>1.510</u>	<u>-</u>	<u>64.534</u>	<u>36.148</u>

(a) Do montante de R\$ 64.534 dos "Depósitos judiciais" consolidados, R\$ 60.075, se refere a penhora de 30% do faturamento líquido de venda de energia que a Curuá possui junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), a favor da empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., conforme Nota Explicativa nº 11.

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1).

Operações financeiras

	Controladora				Consolidado			
	2024		2023		2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aegea Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	26	-	26
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	-	-	-	1.607	-	1.607
Buriti Energia S.A.	-	76.097	-	72.212	-	-	-	-
Curuá Energia S.A.	-	75.644	-	55.561	-	-	-	-
Tuna Adm. de Serviços Ltda.	-	5.388	-	-	-	-	-	-
Edison Lobão Filho	6.333	-	6.333	-	8.856	-	8.856	-
Eletricidade Paraense S.A.	3.965	-	3.965	-	20.074	658	20.074	658
Fabiola Cassia de Noronha Sampaio	17	-	17	-	1.447	-	1.447	-
Fernando Antônio Bertin	23.197	-	18.560	-	31.780	-	27.144	-
Filadelfo dos Reis Dias	23.197	-	18.560	-	31.878	-	27.242	-
Iluminatti Com. Energia Elétrica Ltda.	-	-	-	-	5	-	5	-
Lerans Energia Ltda.	-	-	-	-	15.748	-	15.748	-
Luiz Carlos Gradella	-	-	-	-	32	-	32	-
Mara Daisy Dias	29.613	18.281	27.329	18.281	49.381	18.554	47.097	18.554
William Pinheiro de Sousa	554	-	554	-	554	-	554	-
Gaia Energia e Participação S.A.	-	-	-	-	20.000	-	20.000	-
Heber Participações S.A.	26.124	-	12.094	-	26.124	-	12.093	-
ETL Administracao de Bens e Partic. Ltda.	4.876	-	3.331	-	4.876	-	3.331	-
	<u>117.876</u>	<u>175.410</u>	<u>90.743</u>	<u>146.054</u>	<u>210.755</u>	<u>20.845</u>	<u>183.623</u>	<u>20.845</u>
(-) Provisão de perda de crédito	(3.965)	-	(3.965)	-	(3.965)	-	(3.965)	-
	<u>113.911</u>	<u>175.410</u>	<u>86.778</u>	<u>146.054</u>	<u>206.790</u>	<u>20.845</u>	<u>179.658</u>	<u>20.845</u>

## MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia firmou instrumento particular de assunção de dívida e outras avenças de sua controlada Buriti Energia S.A. no montante atualizado até a data da assinatura do contrato de R\$ 52.288 e de sua controlada Curuá Energia S.A. no montante atualizado até a data da assinatura do controlado de R\$ 197.712, referente a mútuos junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º de agosto de 2012, a ser pago em 180 meses, sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86 % da sobra do fluxo de caixa, se existente, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia.

O instrumento particular de assunção de dívida foi firmado com a anuência da Heber Participações S.A. onde transferiu o montante dos créditos das empresas Curuá e Buriti para Mafe Energia e Participações S.A., controladora das Companhias, passando assim a Mafe a ser devedora da Heber nos termos do instrumento de assunção de dívida, ficando suas controladas como garantidora. A liquidação do principal ocorreu em 2023.

### Remuneração da Administração

Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção da Mafe Energia e Participações S.A. e suas controladas, totalizou R\$ 8.240 (em 2023, R\$ 7.656), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis.

## 8. Investimentos

Descrição	2024	2023
Curuá Energia S.A.	296.387	282.821
Buriti Energia S.A.	82.863	81.573
	<u>379.250</u>	<u>364.394</u>

### Participação no capital social das investidas:

31 de dezembro de 2024	Capital social	Participação (%)	Participação controladora
Curuá Energia S.A.	9.066	99,00%	8.975
Buriti Energia S.A.	5.209	99,00%	5.157

### Movimentação durante os exercícios:

Descrição	01/01/2024	Equivalência	31/12/2024
Curuá Energia S.A.	282.821	13.566	296.387
Buriti Energia S.A.	81.573	1.290	82.863
	<u>364.394</u>	<u>14.856</u>	<u>379.250</u>

Descrição	01/01/2023	Equivalência	31/12/2023
Curuá Energia S.A.	237.502	45.319	282.821
Buriti Energia S.A.	69.943	11.630	81.573
	<u>307.445</u>	<u>56.949</u>	<u>364.394</u>

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imobilizado

Consolidado

	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2024 Líquido
<b>Usinas</b>							
Reservatórios e barragens	2%	281	-	-	-	(90)	191
Edificações e obras civis	4%	207.562	-	-	-	(134.344)	73.218
Máquinas e equipamentos	3%	42.499	513	-	-	(17.241)	25.771
Veículos	20%	543	65	-	(29)	(423)	156
Móveis e utensílios	10%	17	-	-	-	(16)	1
<b>Rede básica</b>							
Edificações e obras civis	4%	28.077	-	-	-	(11.465)	16.612
Máquinas e equipamentos	3%	1.556	-	-	-	(753)	803
Móveis e utensílios	10%	2	38	-	-	(2)	38
<b>Administração central</b>							
Aeronaves	10%	658	-	-	-	(620)	38
Embarcações e flutuantes	10%	25	-	-	-	(25)	-
Equipamento segurança	20%	321	-	-	-	(320)	1
Máquinas e equipamentos	10%	3.348	-	-	-	(3.209)	139
Móveis e utensílios	10%	387	-	-	-	(393)	(6)
Terrenos	-	420	-	-	-	-	420
Veículos	20%	171	-	-	-	(124)	47
		<u>285.867</u>	<u>616</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>(169.025)</u>	<u>117.429</u>

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual depreciação	Custo inicial	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	2023 Líquido
<b>Usinas</b>							
Reservatórios e barragens	4%	281	-	-	-	(85)	196
Edificações e obras civis	4%	207.562	-	-	-	(126.028)	81.534
Máquinas e equipamentos	3%	41.973	525	-	-	(15.957)	26.541
Veículos	20%	537	6	-	-	(348)	195
Móveis e utensílios	10%	16	-	1	-	(14)	3
<b>Rede básica</b>							
Edificações e obras civis	4%	28.077	-	-	-	(10.764)	17.313
Máquinas e equipamentos	3%	1.556	-	-	-	(705)	851
Móveis e utensílios	10%	3	-	(1)	-	(2)	-
<b>Administração central</b>							
Terrenos	-	420	-	-	-	-	420
Aeronaves	10%	658	-	-	-	(595)	63
Embarcações e flutuantes	10%	25	-	-	-	(25)	-
Equipamento segurança	20%	319	2	-	-	(318)	3
Máquinas e equipamentos	10%	3.348	-	-	-	(3.161)	187
Móveis e utensílios	10%	387	-	-	-	(378)	9
Veículos	20%	160	11	-	-	(100)	71
		<u>285.322</u>	<u>544</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(158.480)</u>	<u>127.386</u>

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	149	148
Materiais e serviços	460	392	1.838	2.306
Compra de energia elétrica	-	-	106	106
	<u>460</u>	<u>392</u>	<u>2.093</u>	<u>2.560</u>

11. Contingências

	Consolidado	
	2024	2023
Ações cíveis	47.079	14.245
Ações fiscais	165	640
	<u>47.244</u>	<u>14.885</u>

	Consolidado		
	Cível	Tributária	Total
Em 1º de janeiro de 2024	14.245	640	14.885
Adições	40.080	-	40.080
(-) Reversões	-	(426)	(426)
(-) Baixas	(7.246)	(49)	(7.295)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>47.079</u>	<u>165</u>	<u>47.244</u>

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 45.224 em 2024 (em 2023, R\$ 48.205), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Ação judicial MB Service Engenharia e Representação Ltda.

As Companhias controladas Curuá Energia S.A. e Buriti Energia S.A. são rés solidárias em processo de ação de cobrança iniciado em 2012, Processo nº 0190221-14.2012.8.26.0100, tendo como autora a Empresa MB Service Engenharia e Representação Ltda., com trânsito em julgado ocorrido em 16 de dezembro de 2020. Com base na suspensão momentânea dos atos satisfativos determinada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, a empresa autora requereu, em 21 de outubro de 2022, o cumprimento da sentença, solicitando a penhora integral dos valores líquidos (faturamento bruto com desconto de PIS e COFINS) recebidos mensalmente pelas controladas junto à empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (antiga Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), depositado em juízo conforme Nota Explicativa nº 6, até o montante de R\$ 67.824. O pedido foi deferido pelo juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração interpôs recurso e obteve decisão favorável, reduzindo o percentual de penhora de 100% para 30% do faturamento líquido junto à Equatorial. Durante o exercício de 2024, por determinação judicial houve o levantamento do valor de R\$ 7.246 pela autora, considerado incontroverso e já registrado como provisão para perda, por meio de levantamento de alvará de valor anteriormente bloqueado.

Ressalta-se, contudo, que permanece discussão quanto à apuração do valor total da condenação, especialmente em relação a valores adicionais apresentados unilateralmente pela autora com base em laudo pericial produzido sem participação das Companhias controladas. Os assessores jurídicos classificam o risco de perda do valor remanescente, atualmente estimado no montante de R\$ 40.602, como possível.

## 12. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1 (em 2023, o mesmo) representados por 1.000 ações ordinárias sem valor nominal.

### Reserva de lucros

Reserva de lucros é composta pela reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido (até 20% do capital social) e visa preservar a integridade do capital.

O saldo remanescente é referente aos lucros acumulados ao longo dos exercícios, descontados de eventuais prejuízos ocorridos, perfazendo o consolidado no montante de R\$ 319.727 em 2024 (em 2023, R\$ 308.317).

## 13. Receita líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecimento	98.592	103.640
Outras receitas	26	33
( - ) PIS	(641)	(674)
( - ) COFINS	(2.959)	(3.111)
( - ) ISS	(2)	-
	<u>95.016</u>	<u>99.888</u>

MAFE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Custo

	Consolidado	
	2024	2023
Geração		
Custo de Operação	(11.537)	(4.812)
Operações com energia elétrica	(1.461)	(1.485)
Depreciação	(9.709)	(9.686)
	<u>(22.707)</u>	<u>(15.983)</u>
Transmissão		
Depreciação	(750)	(749)
	<u>(750)</u>	<u>(749)</u>
	<u><u>(23.457)</u></u>	<u><u>(16.732)</u></u>

15. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pro-labore	(291)	(280)	(874)	(841)
Salários e encargos	(58)	(56)	(1.245)	(1.203)
Despesas com provisões	-	-	(168)	(64)
Despesas judiciais	-	-	(485)	(41)
Despesas com depreciação	-	-	(113)	(117)
Despesas tributárias	(59)	(128)	(479)	(1.756)
Serviços prestados - PJ	(2.724)	(2.546)	(10.505)	(16.371)
Outras despesas	(330)	(295)	(3.224)	(1.933)
Reversão de provisão	-	-	426	-
	<u>(3.462)</u>	<u>(3.305)</u>	<u>(16.667)</u>	<u>(22.326)</u>

16. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	20	-
Provisão c/contingências	-	-	(40.079)	(3.166)
Multas fiscais	-	-	-	(12)
Outras despesas ineditáveis	-	-	(118)	(121)
Brindes e doações	(1)	(2)	(170)	(170)
	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(40.347)</u>	<u>(3.469)</u>

17. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

#### Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração.

#### Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.